



Universidades Lusíada

Barros, José de Assunção

Cidade, espacialidade e forma - considerações sobre a articulação de três noções fundamentais para a história urbana

<http://hdl.handle.net/11067/5641>

Metadados

Data de Publicação

2007

Resumo

Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca das perspectivas que têm considerado as relações entre cidade, espacialidade e forma urbana. Parte-se de uma discussão inicial acerca da forma externa da cidade, e em um segundo momento a discussão refere-se à forma interna produzida pela cidade como uma forma específica de organização social. Por fim, são discutidos os aspectos relativos ao crescimento urbano e à sua historicidade, encerrando-se o ensaio com considerações sobre a cultura materia...

This article attempts to develop a reflection about the various perspectives that have been considered the relations between city, space and urban form. In the first moment the discussion concerns to understand the external urban patterns, and in the second moment the reflexion concerns to the internal form produced by the city as a specific form of social organization. After this, they are discussed the aspects concerned to the growing of the city and its historicity, ending the essays with con...

Palavras Chave

Cidades e vilas - História, Desenvolvimento urbano - História

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 04 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:27:26Z com informação proveniente do Repositório

VÁRIA



CIDADE, ESPACIALIDADE E FORMA
Considerações sobre a articulação de três noções
fundamentais para a História Urbana

José d'Assunção Barros
Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade Severino de Sombra
jose.assun@globo.com



Resumo

Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca das perspectivas que têm considerado as relações entre Cidade, Espacialidade e Forma Urbana. Parte-se de uma discussão inicial acerca da forma externa da cidade, e em um segundo momento a discussão refere-se à forma interna produzida pela Cidade como uma forma específica de organização social. Por fim, são discutidos os aspectos relativos ao crescimento urbano e à sua historicidade, encerrando-se o ensaio com considerações sobre a cultura material e o imaginário.

Palavras-chave

Cidade / Espaço / Forma Urbana / Crescimento urbano / Segregação urbana / Imaginário

Abstract

This article attempts to develop a reflection about the various perspectives that have been considered the relations between City, Space and Urban Form. In the first moment the discussion concerns to understand the external urban patterns, and in the second moment the reflex ion concerns to the internal form produced by the City as a specific form of social organization. After this, they are discussed the aspects concerned to the growing of the city and its historicity, ending the essays with considerations about the material culture and Imaginary.

Key-Words

City / Space / Urban Form / Urban growing / Urban segregation / Imaginary

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, Brasil) e da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras (Brasil), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História e onde desenvolve pesquisas no campo da História Urbana, entre outras áreas historiográficas. Entre as obras mais recentes contam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007).



Cidade, Forma, Espacialidade

“‘Cidade’, ‘Espacialidade’ e ‘Forma’” constituem uma tríade articulada de noções que guardam relações bastante complexas desde os tempos do surgimento das primeiras grandes civilizações, quando a humanidade conheceu este grande processo a que alguns se referem como “revolução urbana”¹. A esta época, a Cidade começou a se impor aos contemporâneos de seu processo de formação não apenas como uma nova forma de organização social, mas também como um novo padrão de materialidade, um novo modo de organização do espaço, um novo modelo formal capaz de abrigar novos modos de sociabilidade e atender às novas funcionalidades que surgiam e se desenvolviam com o advento da civilização.

“Desde então”, e até os dias de hoje, uma primeira dimensão que imediatamente ressalta quando são examinadas as cidades – das cidades antigas às cidades de nosso tempo – corresponde precisamente o seu aspecto formal e à espacialidade complexa que esta forma urbana implica, plena de caminhos internos, de espaços de segregação, de modos de concentrar uma população densa e diversificada, de soluções de intercomunicação. Toda cidade, poderemos acrescentar, parece impactar os seus contemporâneos como um considerável aglomerado humano que possui uma certa espacialidade e materialidade bastante singulares, e, envolvendo estes aspectos, uma determinada variedade de formas que parecem tipificar as diversas cidades e dar-lhes uma nítida identidade. Por outro lado, será oportuno lembrar, a forma urbana é ela mesma histórica, isto é, desenvolve-se no tempo e modifica-se com a própria história de cada cidade em questão, e com a própria História da Cidade de modo mais geral. Neste artigo, buscaremos estabelecer um sintético panorama de possibilidades teóricas a partir

¹ A expressão “Revolução Urbana” também tem sido empregada para se referir a distintos processos. Gordon Childe (1892-1957), filólogo e arqueólogo australiano, foi o primeiro a cunhar o termo. Refere-se com o conceito de Revolução Urbana aos processos de urbanização que, há cerca de 3.000 anos atrás, assinalam a passagem de sociedades agrícolas já sedentárias do neolítico para um novo tipo de sociedade que surge a partir da concentração populacional, da divisão de trabalho, da emergência da escrita e da construção de um novo habitat para o homem, as cidades (CHILDE, Vere Gordon. *Los orígenes de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977). Já Henri Lefebvre, em seu *A Revolução Urbana* (Belo Horizonte: UFMG, 1999), está com esta expressão se referindo a processos mais recentes: a uma sociedade que, já industrializada, começa a se tornar também uma sociedade urbana.

das quais geógrafos, historiadores e urbanistas têm examinado a Cidade na sua complexa relação com a espacialidade e a forma urbana.

O fenómeno urbano tem despertado nos diversos estudiosos da Cidade, particularmente a partir do século XX, uma preocupação bem marcante com a sua dimensão morfológica. A Cidade – qualquer cidade concreta ou mesmo imaginária – possui necessariamente uma forma, uma estrutura física e concreta sobre a qual se estabelece uma sociedade que, por outro lado, atua permanentemente na reconstrução e reapropriação desta mesma estrutura urbana, nas suas diversas leituras e redirecionamentos. A preocupação com os desenvolvimentos morfológicos da cidade, com o crescimento urbano, com a apropriação do espaço pela sociedade que nele se insere, e ainda com uma *história* desta forma, deste crescimento e desta apropriação social do espaço – eis aqui um vasto campo de estudos que contou com o trabalho aprofundado de grandes urbanistas, mas também de sociólogos, geógrafos e historiadores que aprenderam a associar forma, função e sociedade.

No âmbito dos urbanistas, apenas para citar alguns dos autores mais clássicos, Levedan (1926) Hiorns (1956) e Benevolo (1968) são responsáveis por obras que se tornaram marcos significativos para uma história da cidade nos seus aspectos urbanísticos e arquitetónicos, elaborando uma ampla reflexão sobre a forma a partir de uma eficiente utilização de plantas, sem descurar no entanto da compreensão de cada período histórico em suas motivações essenciais. Quanto aos historiadores e geógrafos especializados nos estudos urbanos, contam-se inúmeros exemplos de consideração dos aspectos morfológicos em sua associação com os aspectos histórico-sociais, sobretudo a partir da década de 1950, quando surgem diversificados estudos sobre cidades específicas. Resumiremos, a seguir, as questões com que habitualmente deve se defrontar o pesquisador na sua busca de captar a ‘dimensão morfológica da cidade’.

A Forma Externa

Existe, antes de mais nada, a forma externa. A cidade vista de fora ou de cima, da perspectiva do urbanista, revela um ‘traçado arquitetónico’ específico, ao qual se junta a percepção que dele têm os habitantes, cada tipo de habitante, ou ainda o turista que junta o seu olhar externo ao repertório de sensações que o traçado urbano desperta nos seus múltiplos admiradores.

O plano geral da cidade é o elemento mais externo da forma. Sobretudo para o caso das cidades não-planejadas, ele revela frequentemente as diversas fases de crescimento urbano, e por conseguinte um pouco da história da cidade investigada. Por outro lado, o plano geral da cidade expressa em grandes linhas os aspectos materiais da acomodação do homem a determinados limites físicos, e a superação destes mesmos limites em um momento posterior. Uma muralha depois demolida, ou uma ferrovia que mais tarde desaparece, perpetuam-se no

traçado das ruas ao mesmo tempo em que nos contam algo acerca do crescimento e das mutações ocorridas na cidade ao longo de sua história, no decurso de suas expansões e retrações econômicas, através de suas crises e soluções políticas, e em interação com os desenvolvimentos culturais e tecnológicos que constituem esta mesma história urbana.

A própria existência dos vestígios de uma muralha, tão comum em algumas das cidades européias e asiáticas mais antigas, atrela a formação original da cidade a um tempo e a um tipo de ‘urbanismo fechado’ que foi depois substituído por uma nova concepção, a de um ‘urbanismo aberto’ fundado na noção de um crescimento indefinido – “viragem fundamental na concepção da cidade” datável, para o caso da história urbana ocidental, na Europa das Luzes². Passam por aí também as histórias militar e administrativa, onde o abandono da muralha como recurso defensivo remete à descoberta de armas que as tornaram obsoletas ou à constituição de novos mecanismos de defesa que prescindem da barreira física, sem contar as novas formas de controle e de identificação que passaram a regular a entrada e a permanência nos recintos urbanos.

É possível começar um rastreamento ou um inventário de planos urbanos possíveis a partir das ‘formas puras’, que são aquelas que ainda não implicam em justaposição de diferentes tipos de planos. Normalmente distinguem-se entre as formas puras os ‘planos irregulares’ e os ‘planos regulares’, estes últimos com múltiplas possibilidades formais (plano xadrez, plano de raios concêntricos, e assim por diante). Em diversos casos, a escolha premeditada de uma forma ou outra pode denotar uma visão de mundo específica³. Em outras situações, a emergência de uma determinada forma está associada a um tipo de crescimento histórico-social. Dickinson (1961) identifica o plano de raios concêntricos com as formas de crescimento natural especialmente identificáveis nas cidades medievais. Pierotti (1972), por outro lado, critica a aplicação da noção de espontaneidade a este tipo de crescimento, e demonstra para casos como estes a possibilidade de uma intencionalidade e de uma logicidade orientadas pelas necessidades da coletividade, tomando como ponto de partida de sua análise as cidades medievais italianas (PIEROTTI, 1972). Quanto ao plano irregular, tem-se excelentes exemplos nas cidades islâmicas medievais, conforme os estudos de Planhol (1968).

Não é por acaso a abundância de exemplos de planos referentes às ‘formas puras’ nos períodos antigos e medievais. Além disto, deve-se considerar que diversas cidades atravessaram períodos consideráveis da história, manifestando-se a partir da época moderna uma complexa justaposição de planos que indicam “rupturas econômicas, sociais, e ideológicas”. Por outro lado, a sociedade empresta sentido “à reutilização de formas antigas ou à importação de outras, estrangeiras”⁴.

² Ver, sobre isto, RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, “Região”, “Território” In *Enciclopedia Einaudi*. v. 8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.

³ “Nas cidades etruscas, o plano em xadrez está associado a uma visão cosmogônica: as duas vias principais, o *cardo* e o *decumanus*, orientadas na direção dos pontos cardeais, conferem ao ponto em que se cruzam um valor simbólico – o de centro do mundo” (RONCAYOLO, 1986, p. 435).

⁴ RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, “Região”, “Território”, 1986, p. 432.

Daí resulta uma complexidade morfológica que deve ser objeto de estudo daqueles que elegeram as cidades modernas como seu principal foco de interesse.

A Forma Interna

A morfologia urbana implica também uma forma interna. Em que compartimentos se fragmenta e se organiza a cidade? Serão estes ambientes internos gerados espontaneamente, ou já surgem socialmente determinados? Como se produzem, não somente na sua origem mas também no seu dia a dia, estes bairros ou mesmo vizinhanças que em alguns casos são verdadeiras cidades dentro da cidade – espaços fisicamente demarcados ou imaginariamente delineados que trazem sua própria identidade e se apresentam carregados de seus próprios códigos? Que avenidas e ruas cortam a cidade, ligando e separando seus múltiplos compartimentos, e onde termina o espaço da via pública para iniciar este que é verdadeiramente um outro mundo dentro do mundo urbano: o universo da vida privada do cidadão?

Toda cidade é na verdade um gigantesco quebra-cabeças, difícil de entender para quem está de fora, mas que para os seus habitantes e visitantes habituais mostra-se formado por peças claramente diferenciadas onde cada um conhece o seu lugar e sente-se estrangeiro nos demais. A organização dos compartimentos urbanos dá-se através de um processo relativamente complexo. Há cidades e concepções urbanísticas onde se separam explicitamente as funções sociais: o centro de negócios, o distrito industrial, o bairro boêmio, a zona do meretrício, os grandes jardins, e finalmente as zonas residenciais – estas mesmas separadas claramente umas das outras conforme o seu tipo de habitantes. Neste último caso, os critérios de separação podem ser as categorias sociais, as necessidades profissionais, as etnias, ou até o predomínio desta ou daquela faixa etária. É a esta prática cidadina de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos denominam ‘segregação espacial’. A noção abrange tanto as eventuais separações entre ‘residência’ e ‘trabalho’, como as alocações de grupos sociais e culturais definidos em espaços diferenciados.

Nas cidades medievais, por exemplo, não raro havia muros separando os bairros reservados a etnias, a nacionalidades, ou a grupos religiosos específicos. As judiarias e mourarias vinham cercadas por muralhas que até hoje deixam suas marcas no desenho de algumas das cidades da cristandade ocidental, e isso é particularmente visível em diversas das cidades históricas da península Ibérica, para o caso das mourarias. Constantinopla, no mundo cristão do Oriente, costumava ter no auge de seu desenvolvimento bairros especiais para os venezianos e genoveses, que não podiam se misturar sob o risco de verdadeiras comoções sociais. E nas modernas cidades do *apartheid* sul-africano, costumava-se sinalizar a segregação através de placas que indicavam os lugares proibidos ou permitidos para a população negra.

Mas nem sempre esta separação é assim tão explícita. A segregação também se escreve por símbolos. A fronteira entre um bairro popular e um bairro da gente mais rica pode ser uma esquina, uma ponte, uma imagem, ou nem sempre se colocar de maneira muito precisa. Por outro lado, as cercas e fronteiras imaginárias que estabelecem o lugar de cada atividade e de cada um dos moradores têm um código que pode ser também decifrado pelos sociólogos e historiadores. Mais dificilmente se vê falta de saneamento, de serviços públicos e de policiamento naqueles bairros habitados pelos ricos do que nos guetos ou nas zonas pobres da periferia. Os edifícios envidraçados e os transeuntes de terno e gravata separam visualmente, em algumas cidades modernas, o centro de negócios dos ‘bairros proletários’, com suas casas simples e seus moradores vestidos predominantemente com trajes simplórios.

A ‘segregação’, explícita por limites bem determinados ou implícita no próprio modo de vida de cada ambiente urbano, é, por tudo o que se viu, um elemento a mais para o delineamento da ‘forma interna’ de uma cidade. Desta ‘forma interna’, destas subculturas urbanas e compartimentos específicos, a ‘segregação’ se alimenta. E, no entanto, tal como uma vez assinalou o sociólogo italiano Ferrarotti, “bairros de luxo e *ghettos* de miséria são necessários uns aos outros, surgem de algum modo ligados num destino comum, são o produto da mesma lógica de desenvolvimento”⁵.

A leitura da segregação social na forma urbana, da maneira como colocamos, é naturalmente apenas um dos lados da questão. Tal como salientou com acerto Roncayolo, “não é lícito limitar a segregação às suas manifestações espaciais e, por maioria de razão, a uma simples distância geométrica. Pelo contrário, é a relação entre distância topográfica e distância social que pode, em certa medida, caracterizar as sociedades e permitir avaliar os resultados de composições sociais concretas”. Da mesma forma, “o isolamento, a exclusão ou a procura de identidade não se lêem forçosamente no mapa”. Mas enfim, como destaca pontualmente o autor, “as noções espaciais remetem constantemente às relações de poder, à ideologia, aos modos de habitar a cidade”⁶.

Cumpramos assinalar, por fim, que a segregação espacial também tem uma história. No que concerne à história da delimitação entre espaço público e espaço privado, ela corresponde no urbanismo ocidental à história do moderno confinamento da família na intimidade do lar, esta mesma ligada à história do declínio do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas e espaço de socialização. Neste longo percurso do urbanismo ocidental, as ruas vão gradualmente se redefinindo como vias de passagem de pedestres e de veículos – meros fios condutores destinados a conduzir os indivíduos de um espaço privado a outro – e nesta redefinição vão deixando para trás o seu caráter de lugar da socialização. ‘Rua e casa’ transfiguram-se em dois pólos em franca oposição, tornando-se a

⁵ FERRAROTTI, F. “La ricerche romane (II): interrogativi sulla città come molteplicità di sistemi” In *Critica Sociologica*, n.º 27, Out. de 1973. p. 24.

⁶ RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, “Região”, “Território”, 1986, p. 442

última um território íntimo” e exclusivo – domínio da vida privada no núcleo familiar – e que não cessa de se subdividir em lugares ainda mais privativos.

“Desta forma...”, os ‘quartos privados’ para os membros da família burguesa constituem o reduto último a ser atingido no processo de segregação, ao mesmo tempo em que a compartimentação funcional atinge também agora os cômodos especializados: ‘cozinha’, ‘banheiro’, ‘lavabo’, ‘área de serviço’. Até mesmo se abre um novo setor demarcado, a ‘sala de visitas’, lugar que doravante se oferecera receber um público previamente selecionado. Isto não significa que, à parte a difusão deste moderno padrão de habitação, nas moradias populares não ocorra uma superposição de funções e desenvolva-se um uso coletivo do espaço como estratégia de sobrevivência diante de uma exigüidade de recursos que inclui o encurtamento do espaço domiciliar. Mas ocorre que o padrão imaginário da residência pluri-demarcada passa a povoar mesmo os sonhos dos mais humildes. O próprio mercado imobiliário aponta como critérios, além da metragem, o número de aposentos do imóvel negociado.

Ora, a consciência de que a segregação espacial tem uma história complexa obriga a que o historiador que estuda a cidade em um período qualquer não perca de vista o modelo de segregação espacial vigente naquele momento. Na maioria das cidades medievais do ocidente europeu não havia uma segregação entre ‘residência’ e ‘trabalho’, e, no que concerne às enormes diferenças de posição social que já havia naquele período, deve-se considerar que elas nem sempre eram expressas por distâncias físicas. À parte os guetos étnicos e religiosos que em muitos casos impunham a sua necessidade, um mesmo bairro podia abrigar membros da nobreza, burgueses ricos, artesãos pobres e jornaleiros miseráveis – uma sociedade bastante diversificada que, todavia, encontrava outros recursos para a expressão das distâncias sociais que não a mera segregação sócio-espacial.

Assim, um determinado modo de vestir ou um padrão de gestualidade podia demarcar bem as distâncias sociais. Há mesmo regulamentações para o vestuário, proibindo a um grupo social intrometer-se no sistema indumentário do outro. E as prostitutas e judeus, independente de serem ou não obrigados a uma segregação espacial concreta, podiam em alguns casos serem obrigados a usar sinais específicos na roupa. Observações similares poderiam ser feitas para outras cidades, como as do Brasil Colonial, onde é possível localizar num único espaço tanto uma polivalência funcional como uma mistura social que trazia para a mesma proximidade o escravo, o trabalhador pobre e o grande proprietário. O importante para o historiador, portanto, é dominar conscientemente o código de segregação da sociedade urbana examinada. A ‘forma interna’ tem múltiplas sutilezas que devem ser percebidas para além das meras concretizações físicas.

Os modos de crescimento

“A idéia de uma morfologia urbana” implica a compreensão de que a cidade não é uma forma estática, mas uma forma em crescimento. Trata-se necessário, portanto, investigar este constante processo de remodelamento urbano ao qual dificilmente qualquer cidade pode escapar. Do ponto de vista do historiador, surgem os questionamentos acerca da associação dos processos de crescimento urbano aos aspectos sociais, demográficos, geográficos, bem como a toda uma série de interferentes que atuam na definição de uma tendência de crescimento urbano em uma determinada direção ou maneira específica.

“A preocupação com o” ‘crescimento urbano’ está presente na obra de estudiosos diversos, dos urbanistas aos sociólogos, economistas e historiadores. É oportuno lembrar que, por ocasião da constituição da Escola de Chicago, a elaboração de um modelo generalizável de formação e crescimento das ‘áreas naturais’ urbanas coube a Burgess (1925). Este idealizou seu famoso ‘ideograma de desenvolvimento ‘urbano’ no qual o crescimento se verifica em torno de um núcleo de pontos focais”, constituído predominantemente pelas atividades comerciais e industriais. O esquema é calcado, na verdade, sobre o estudo de cidades tipicamente americanas, baseando-se nos processos de ‘ethnic sucession’ e da ‘residential invasion’.

O modelo de Burgess propõe zonas concêntricas, residindo a alta burguesia nos subúrbios periféricos. A progressão social evolui do centro para a periferia, de maneira que cada grupo social vai abandonando espaços mais próximos do centro e conquistando os arredores mais valorizados socialmente.

Diversas críticas foram feitas à generalização deste modelo, sobretudo por parte dos chamados ‘ecologistas sócio-culturais’, como HOYT (1939), que propõe uma cidade dividida em setores triangulares – como as fatias de um bolo – observando que em diversos casos setores triangulares inteiros perdem prestígio social à medida que se aproximam da periferia⁷. Por outro lado, argumenta-se que, mesmo para o caso americano, existem diferenças diacrônicas entre os processos de formação das cidades anteriores e posteriores à Primeira Guerra.

Se nos voltarmos para os processos de formação das cidades europeias, poderemos perceber claramente que o modelo de crescimento concêntrico proposto por Burgess ali não se aplica⁸. Por outra parte, mesmo ainda se referindo ao universo urbano dos Estados Unidos, Firey (1947) destaca o papel dos “valores simbólicos” que ligam esta ou aquela classe social aos seus locais habituais,

⁷ HOYT, H. Y. *The Structure and Growth of Residential Neighbourhoods in American Cities*, Washington: U. S. Government Printing Office, 1939. Hoyt assinalava que, “mais do que um processo de invasão, é a escolha pelas classes privilegiadas de novas residências e de novos modelos de vida que orienta o movimento, enquanto os imigrados mais recentes se infiltram nas áreas que ameaçam ser voltadas ao abandono” (RONCAYOLO, 1986: 447).

⁸ Um modelo para o padrão social-morfológico europeu é a cidade de Paris, onde o valor social decresce à medida que nos afastamos do centro. Na Inglaterra, por outro lado, a preferência das classes mais favorecidas é pelos subúrbios, o que aproxima os modelos inglês e americano.

desmentindo-se aqui qualquer evolução mecânica⁹. E a partir dos anos 50 será a vez de Form (1954) criticar o modelo proposto por Burgess para compreender a distribuição de grupos sociais pela cidade a partir da idéia de mercado livre, livre competição e processos subconscientes de alocação de semelhantes¹⁰. Para Form, os caminhos da distribuição social pelo espaço urbano, incluindo os mecanismos de segregação, são determinados por aqueles que detêm o “poder social” para a fabricação do espaço urbano (proprietários individuais de terrenos e imóveis, organizações econômicas, companhias imobiliárias, empresas de construção civil, e por fim os poderes públicos).

Deve-se questionar, por fim, a própria idéia de um ‘centro único’, o que corresponde na verdade a um modelo de visualização que nem sempre condiz com a vida urbana. Harris e Ulmann (1945)¹¹, por exemplo, assinalaram a natureza compósita da cidade, fundada sobre núcleos diferenciados. Buscavam conciliar desta maneira, contestando-as no essencial, a idéia original de Burgess acerca de uma evolução concêntrica e a proposta de crescimento por fatias triangulares aventada por Hoyt. Conforme se vê, o fenômeno urbano é complexo, múltiplo, diversificado, e não se ajusta certamente a modelos únicos.

Cidade: Cultura Material e Imaginário

A articulação entre Cidade, Espacialidade e Forma, leva a perceber que a Cidade mostra-se como a sede de uma cultura material específica. Sinais, placas de trânsito, bancas de jornal, postes, viadutos, arranha-céus – são estes os artefatos da cidade moderna, da mesma forma que a cidade antiga ou a cidade medieval teriam os seus próprios artefatos urbanos, tornando-se também a sede de uma cultura material singular. As muralhas e as ‘portas da cidade’, com suas inscrições peculiares (“o ar da cidade liberta” era por exemplo a inscrição típica das cidades hanseáticas) – são estes alguns dos artefatos urbanos medievais que repercutem mesmo para além de sua permanência concreta dentro de uma temporalidade específica, visto que algumas muralhas depois extintas continuam a ditar ainda hoje o traçado das ruas de cidades que avançaram para a modernidade, e que ainda hoje se fala simbolicamente em entregar a alguma pessoa ilustre a “chave da cidade”.

A dimensão Imaginária da cidade constitui certamente um último ponto importante a ser considerado quando se examina as relações entre Cidade, Espacialidade e Forma. Dois aspectos aparecem aqui discriminados. Por um lado, a Cidade é representação. Por outro lado, a Cidade gera representações de si mesma.

⁹ FIREY, W. *Land Use in Central Boston*, Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1947, p. 72.

¹⁰ FORM, W. “The Place of Social Structure in the Determination of Land Use” In *Social Forces*, XXXII. 1954.

¹¹ HARRIS, Ch. e ULMANN, E. L. “The Nature of Cities” In *Annales of American Academy of Political and Social Science*, CCLII. New York: 1945.

“A Cidade é representação” já no próprio ‘plano urbano’ que a prefigura, ou mesmo naquele que registra em um momento posterior a sua forma desenvolvida. Quando o plano original da cidade é concebido por um homem ou grupo de homens específicos, parece ficar mais claro que estes trazem para o traçado urbano a sua própria visão de mundo e o universo cultural no qual se acham mergulhados. Mas da mesma maneira, quando se produz um ‘plano espontâneo’, por contraditória que seja esta expressão, cada novo habitante contribui de maneira microscópica para um traçado que na sua totalidade e no seu conjunto de detalhes revelará também uma concepção geral do mundo. O tijolo que se acrescenta e a estrada que se força a aparecer por entre um grupo de árvores, nada disto é rigorosamente gratuito. A cidade, tal como já se assinalou alhures, é também obra coletiva.

A Cidade deve ser examinada, adicionalmente, na perspectiva de sua construção na imaginação do próprio cidadão. Como representa o homem cidadão a cidade – seja a cidade em geral ou a sua cidade em especial – a si mesmo? Já nem falaremos da representação da cidade nas obras de arte e nas ilustrações em geral, o que por sinal também tem sido estudado por alguns autores, mas da cidade na imaginação cotidiana do homem comum. Este é o objeto de estudo de Kevin LYNCH, em *A Imagem da Cidade* (1960)¹².

Contribuições fundamentais para uma teoria da imaginação cidadina são apresentadas já no primeiro capítulo, no qual se destaca a elaboração das noções de “imaginabilidade”¹³ e “legibilidade”. “A imaginabilidade é a qualidade física que confere a cada objeto uma elevada probabilidade de evocar em cada momento uma imagem vigorosa”¹⁴. A “legibilidade” depende da capacidade perceptiva de cada cidadão – e só seria plena para um tipo idealizado de habitante cidadão que se apresentasse como o portador dos valores culturais mais avançados, o único capaz de interpretar plenamente a nova realidade surgida. A obra de Lynch está calcada no exemplo de três modernas cidades americanas, mas a elaboração do enfoque da ‘imaginação sobre a cidade’, discutido teoricamente no capítulo inicial e em outras partes do livro, deve ser vista como uma contribuição importante para o estudo das cidades em geral.

Por outro lado, a Lynch também oferece um modelo metodológico para a investigação da imaginação das formas urbanas. Ao examinar o conjunto das imagens que os cidadãos elaboravam das cidades em que moravam, o estudioso americano concluiu que pelo menos cinco elementos sempre apareciam nas representações mentais analisadas. Não são apenas elementos referentes ao espaço físico, mas também às práticas sociais e comportamentos integrados a este espaço. Vale a pena pormenorizar cada um destes tipos de elementos, pois constituem um excelente instrumento para a reconstituição da forma imaginada.

Os “caminhos” (*path*) corresponderiam aos vários trajetos que o observador associa à imagem dos lugares. Podem ser relacionados a quaisquer tipos de canais

¹² K. LYNCH, *A Imagem da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 1-15.

¹³ “Figurabilidade” na tradução portuguesa.

¹⁴ Id. *Ibid*, p. 31.

de circulação, como ruas, becos, trilhos, e também atalhos que rompem o sistema viário convencional. Por meio destes trajetos, a imaginação cidadina perceberia precisamente as informações morfológicas passíveis de serem integradas em um processo de memorização. Os caminhos representados mentalmente selecionam seqüências de aspectos morfológicos e de marcos que nutrem a percepção dos trajetos citadinos. São percebidos em termos de pontos de origem e destino, mas também de texturas de superfícies (o asfalto das avenidas ou os trechos de terra escavada que se inscrevem no declive de um pequeno morro que é utilizado para cortar caminho).

“Os bairros...” (districts) corresponderiam a porções ou partes da cidade, de tamanhos variados, que na estrutura da imagem cidadina são percebidos pelo seu imaginador como zonas temáticas, ou como conjuntos morfológicos dotados de suficiente clareza e coerência para aqueles que os concebem imaginativamente. Deste modo, os bairros são diferenciados uns dos outros na imaginação dos citadinos, aparecendo como individualidades nesta partição mental, pois correspondem a uma coerência temática que abrange tanto aspectos morfológicos como atividades e significados específicos. As relações de um bairro com outros ou com a totalidade do contexto urbano podem ser diversificadas, indo dos bairros *introvertidos* que se voltam para dentro e que apresentam referências diluídas em relação à totalidade urbana que os envolvem, até os extremamente conectados com os elementos circundantes. Da mesma maneira, do ponto de vista físico um bairro pode se apresentar como independente ou compor um *mosaico* por justaposição a outros bairros associados.

Os “limites” ou “bordas” referem-se às rupturas entre dois bairros ou às fronteiras dos bairros limites com o seu entorno, correspondendo a referências laterais entre territórios que são mediados ou por barreiras ou por costuras. Neste sentido, podem corresponder tanto a barreiras ou costuras naturais – como morros, rios e praias – com aspectos edificados (ruas, canais, muros). Os limites contribuem para estratificar ou até segregar zonas urbanas, ocasionalmente estabelecendo dificuldades para a transposição de um ponto a outro.

Os “pontos focais” seriam relacionados ao movimento e circulação, uma vez que na imaginação cidadina a eles se vai ou deles se chega, funcionando como confluências temáticas que podem se referir tanto a aspectos físicos como funcionais. Os pontos focais alteram-se de acordo com a escala de observação ou de análise. Um bairro, por exemplo, pode ser ponto focal de uma cidade (o centro de negócios de uma metrópole, ou um centro turístico). Uma avenida ou uma grande praça pode ser o ponto focal de um bairro. Em virtude de seu papel na circulação urbana, os pontos focais habitualmente correspondem a interseções de caminhos.

Os “marcos visuais” (*landmarks*), por fim, constituiriam pontos de referência externa ao observador. Se os “pontos focais” se apresentam como lugares que permitem ou até exigem a penetração do observador, já os “marcos visuais” são elementos impenetráveis pela trajetória imaginativa, funcionando apenas como

pontuadores desta trajetória. Os marcos visuais seriam ‘chaves de identidade’ para a construção mental da forma urbana, permitindo precisamente a leitura e orientação da estrutura espacial. Apenas para dar um exemplo, as duas torres gêmeas da Cidade de Nova York constituíam um poderoso marco visual até antes do atentado de setembro de 2001. Com a sua destruição, a imaginação urbana do novayorkino se viu seriamente abalada com a impressão de uma perda de identidade.

A característica do marco visual é a sua singularidade e o seu contraste em relação àquilo que o cerca. É o caso, por exemplo, do morro do Pão de Açúcar ou do Corcovado na cidade do Rio de Janeiro (Brasil). Também pode ocorrer que um marco visual esteja inserido no interior de uma série de outros. Em um caso, o marco visual opera como uma referência que simboliza uma direção constante. Em outro caso, os marcos visuais são pontuadores graduais do caminho imaginativo. Vale ainda observar que um marco visual pode estar associado a um ponto focal, pontuando visualmente um lugar de interseção entre dois ou mais caminhos, como ocorre com os grandes monumentos postados em praças públicas. Este é apenas um exemplo de como os elementos propostos por Lynch devem ser examinados como partes integrantes de um sistema, observando-se as suas relações recíprocas.

Como um último aspecto relativo à imaginação cidadina, vale ressaltar que esta deve ser passível, por outro lado, de historicização, de percepção de suas transformações através do tempo. Esta última preocupação vincula-se ao trabalho de P. SICA em *L’immagine della città da Sparta a Las Vegas* (1970)¹⁵. Ao estudar a imagem da cidade através de exemplos históricos específicos, o autor procura situar esta imagem na relação entre realidade, pensamento teórico e imaginação popular, bem como na oscilação entre cidade real e cidade sonhada

“A noção de ‘legibilidade’” desenvolvida pelos estudiosos que enfocaram a imagem da cidade ao encontro de outras abordagens igualmente significativas. Já se destacou diversas vezes, particularmente no campo da aplicação da perspectiva semiótica aos estudos urbanos, que a Cidade também é ‘texto’. Vale dizer, a cidade pode ser lida e decifrada como se decifra um texto. Registro das atitudes de uma sociedade perante os fatos mais elementares de sua existência, a leitura do texto urbano pode permitir um acesso até mesmo aos domínios mais abstratos da filosofia.

Apenas para citar um exemplo, é Panófsky (1957) quem detecta uma analogia formal entre a *summa* da escolástica medieval e as catedrais do mesmo período – ambos conjuntos inteligíveis compostos segundo métodos idênticos e caracterizados, além disto, pela rigorosa separação das partes, pela clareza explícita das hierarquias formais e pela conciliação harmônica dos contrários¹⁶. É um mesmo estilo de imaginação, poderíamos acrescentar, que está por trás do ‘texto escolástico’ e do ‘texto gótico’ que se expressa através destes sofisticados

¹⁵ SICA, P. *L’immagine della città da Sparta a Las Vegas*, Bari: Laterza, 1970.

¹⁶ PANÓFSKY, Erwin. *Gothic Architecture and Scholasticism*, New York: Meridian Books, 1957.

artefatos urbanos que são as catedrais do período medieval.

O próprio Erwin Panófsky é fundador do famoso “método iconológico”, destinado a captar os vários níveis de uma representação iconográfica¹⁷. O último dos níveis previstos pelo autor, a “camada iconológica”, é precisamente “este conteúdo último e essencial que está na base de todas as manifestações da arte, ‘a auto-revelação involuntária e inconsciente de um posicionamento fundamental no mundo’¹⁸. Ora, considerando o conceito da Cidade como “obra de arte coletiva”, e as próprias investigações de Panófsky sobre as relações entre a arquitetura gótica e uma visão de mundo que lhe corresponderia, um tratamento similar ao “método iconológico” pode ser aplicado para a compreensão das motivações primordiais que produzem a cidade na sua representação e na sua concretização arquitetônica. Isto posto, é necessário compreender que a planificação e a concretização arquitetônica correspondem a registros de linguagem distintos da pintura. De resto, o “método iconológico” pode ser aplicado com eficácia também na análise das representações iconográficas de cidades.

“Quanto às cidades imaginárias”, constituem estas o último desdobramento do fator ‘imaginário’ na constituição da totalidade urbana. Seu mais explícito produto corresponde à construção mental e discursiva de ‘cidades utópicas’, prática que aparece desde a Antigüidade, em obras como *A República* de Platão, e que atravessa a Idade Média e o Renascimento nas idealizações de autores como Johann Andreae (*Cristianópolis*), Thomas Morus (*Utopia*) e Campanella (*Cidade do Sol*), e que finalmente atinge a modernidade nas próprias idealizações dos urbanistas contemporâneos. Mas este já seria um outro capítulo na História e na sociologia urbana¹⁹.

Cidade, Espacialidade e Forma, enfim, entrelaçam-se em uma relação carregada de historicidade, de ambigüidades, de complexidades várias que se abrem para os mais diversificados estudos no campo da História e das demais Ciências Humanas.

Bibliografia

ANDREAE, Johann Valentin. *Cristianópolis*. Madrid: Foca, 2002.

BENEVOLO, M. *Storia della città*. Roma, Bari: Laterza e Fligi. (*História da Cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1990).

BURGESS, E. W. “The Growth of the City: An Introduction to a Reserch Project”

¹⁷ PANOFSKY, Erwin. *Studies in iconology*, New York: Oxford University Press, 1939 e *Meaning in the visual arts*, Garden City: Doubleday, 1955 (*Significado das Artes Visuais*, São Paulo: Perspectiva, 1976).

¹⁸ CALABRESE, Omar. *A Linguagem da Arte*, Rio de Janeiro, Editora: Globo, 1987, p. 40.

¹⁹ (1) PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993; (2) ANDREAE, Johann Valentin. *Cristianópolis*. Madrid: Foca, 2002; (3) MORUS, Thomas. “Utopia” in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1987; (4) CAMPANELA, Tomaso. “Cidade do Sol” in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1987;

- in BURGESS, E. W.; PARK, E.; McKENZIE, R.D. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
- CALABRESE, Omar. *A Linguagem da Arte*, Rio de Janeiro, Editora: Globo, 1980.
- CAMPANELA, Tomaso. “Cidade do Sol” in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- CHILDE, Vere Gordon. *Los orígenes de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- DICKINSON, R. E. *The West European City. A Geographical Interpretation*.
_____. “City and Region” in ELIA, G. F. (org.). *Sociologia Urbana*. Turim: 1971.
- FERRAROTTI, F. “La ricerche romane (II): interrogativi sulla città come molteplicità di sistemi” In *Critica Sociologica*, nº 27, Out. de 1973.
- FIREY, W. *Land Use in Central Boston*, Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1947.
- FORM, W. “The Place of Social Structure in the Determination of Land Use” In *Social Forces*, XXXII. 1954.
- HARRIS, Ch. e ULMANN, E. L. “The Nature of Cities” In *Annales of American Academy of Political and Social Science*, CCLII. New York: 1945.
- HIORNS, *Town-building in History: an outline review of conditions, influences, ideas, and methods affecting ‘planned’ towns through five thousand years*. New York: George G. Harrap & Co, 1956.
- HOYT, H. Y. *The Structure and Growth of Residential Neighbourhoods in American Cities*, Washington: U. S. Government Printing Office, 1939.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEVADAN, Pierre. *Géographie des Villes*. Paris: 1936.
- LEVADAN, Pierre. *Histoire de l’urbanisme*. vol. I: *Antiquité, Moyen Age*. Paris: 1926. vol. II: *Renaissance et Temps Moderne*. Paris: 1941. vol. III: *Époque Contemporaine*. Paris: Ed. H. Laurens, 1952.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MORUS, Thomas. “Utopia” in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- PANÓFSKY, Erwin. *Gothic Architecture and Scholasticism*, New York: Meridian Books, 1957.
- PANÓFSKY, Erwin. *Studies in iconology*, New York: Oxford University Press, 1939.
- PANÓFSKY, Erwin. *Significado das Artes Visuais*, São Paulo: Perspectiva, 1976.
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- PIEROTTI, P. *Urbanistica: Storia e prassi*, Firenze: Marchi e Bertolli, 1972.
- PLANHOL, X de *Les fondements géographiques de l’histoire de l’Islam*, Paris: Flammarion, 1968.
- RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, “Região”, “Território” In *Enciclopedia Einaudi*. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- SICA, P. *L’immagine della città da Sparta a Las Vegas*, Bari: Laterza, 1970.

